

Inovações e desafios na trajetória da incubação em economia solidária e a experiência dos Centros Públicos de Ecosol da Bahia

Genauto Carvalho de França Filho

Tatiana Araújo Reis

Ian Requião de Castro

Resumo: A incubação em economia solidária surgiu nas universidades públicas brasileiras como atividade extensionista. Com sua expansão, em especial nos anos 2000, transbordaram das universidades para as esferas governamentais, influenciando o surgimento das chamadas “incubadoras públicas” de economia solidária. Este trabalho tem o objetivo de discutir o que singulariza e confere relativa unidade a esse universo de práticas de incubação com relação a inovações trazidas pelo seu objeto e pelo seu método. A metodologia utilizada inclui estudo de caso sobre a experiência emblemática dos Centros Públicos de Economia Solidária (Cesols) desenvolvidas na Bahia. Dois dilemas clássicos se revelam nesta experiência: o primeiro diz respeito ao risco inversamente proporcional entre ampliação da oferta dos serviços e potencial perda na qualidade desse mesmo serviço e o segundo refere-se às dificuldades de operacionalizar inovações na concepção e desenho de uma política pública.

Palavras chave: Incubação, economia solidária, políticas públicas.

Abstract: Incubation in solidarity economy emerged in Brazilian public universities as an extension activity. With their expansion, especially in the 2000s, they overflowed from universities to government spheres, influencing the emergence of “public incubators” of solidarity economy. This work aims to discuss what singularizes and gives relative unity to this universe of incubation practices in relation to innovations brought by its object and method. The methodology used includes a case study in an emblematic experience of the Centros Públicos de Economia Solidária (Cesols) developed in Bahia. Two classic dilemmas are revealed in this experience. The first concerns the inversely proportional risk between expanding the offer of services and the potential loss in the quality of that same service, and the second refers to the operational difficulties inherent to an innovation in design and design of a public policy.

Keywords: Incubation, solidarity economy, public policy.

INTRODUÇÃO

As práticas de incubação em economia solidária representam uma experiência genuinamente brasileira. Elas nascem no interior das universidades públicas enquanto programa ou projeto extensionista desde meados dos anos 1990. A iniciativa pioneira ocorreu na Coppe/UFRJ em 1995, sob a denominação de incubadora tecnológica de cooperativa popular (ITCP). Desde então, houve um processo de expansão importante, especialmente durante os anos 2000, embalados num contexto institucional favorável, decorrente sobretudo da mudança na gestão federal com a eleição do presidente Lula (2002). A base social que se articulava em torno da temática da economia solidária à época teve acolhida a sua demanda pela criação de uma esfera no governo federal para implementação de políticas públicas direcionadas ao campo. Tal processo resultou no surgimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2003, na disseminação de variadas ações públicas de economia solidária nas três esferas governamentais, além da própria existência de um programa nacional de apoio às incubadoras (Proninc), iniciado em 2004.

Em que pese a insuficiência dos recursos aportados pelo Proninc, além das próprias limitações orçamentárias das universidades para atender a demanda das incubadoras, a simples existência, naquela ocasião, de aportes mínimos de apoio num ambiente institucional com variados graus de reconheci-

mento dessas iniciativas foi o suficiente para o seu crescimento. Na virada dos anos 2010 já se contavam mais de 130 incubadoras de economia solidária no Brasil, articuladas em torno de duas redes nacionais principais denominadas de Rede Unitrabalho e Rede de ITCs. Na esteira desse processo de expansão, as experiências transbordam das universidades para as esferas governamentais, influenciando o surgimento das chamadas “incubadoras públicas” de economia solidária.

Essa expansão foi significativa até meados da década de 2010, quando as práticas de incubação em economia solidária conheceram um processo lento e gradual de fortalecimento institucional. De fato, em 2013 ocorre o reconhecimento das ITCs pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que passa a executar o Proninc junto a Senaes. Cada projeto, então, assume uma institucionalidade de projeto de pesquisa, potencializando a integração das incubadoras com as universidades e facilitando o trabalho de suporte aos empreendimentos solidários (SCHIOCHET, 2018). Os dados de avaliação do Proninc entre os anos de 2014 e 2016 estimava que o trabalho de 64 incubadoras alcançou 776 empreendimentos e cerca de 22 mil trabalhadores, ainda que 72% delas tenham reconhecido alguma demanda de incubação não atendida por falta de recurso ou equipe, indicando que mais investimento nessas atividades permitiria chegar a impactos ainda maiores (ADDOR *et al.*, 2018).

Contudo, este processo é estancado desde a crise política que se abateu no país a partir de 2016 e se aprofundou com a eleição do novo governo em 2018. A nova agenda governamental enfraquece profundamente o campo da economia solidária, com a extinção da Senaes e dos editais públicos de apoio e fomento às atividades nesta área, fragilizando também as próprias universidades com os cortes radicais no seu orçamento e a consequente diminuição muito acentuada na capacidade de fomento à pesquisa e à extensão.

Mas, se as incubadoras ainda empreendem forte esforço de resistência na atual adversidade é porque elas produziram um acúmulo na sua experiência que não parece pouco importante. Este acúmulo foi sendo revelado e difundido ao longo dos últimos anos através de uma quantidade muito significativa de publicações, sobretudo na forma de estudos de caso acerca das experiências de incubação. Além destes, uma série de outros trabalhos salientaram aspectos específicos e relevantes das experiências, contribuindo para uma caracterização de tais práticas. Foi o caso através da ênfase sobre a relação entre incubação e tecnologias sociais em Bocayuva e Varanda (2009) e Oliveira, Addor e Maia (2018) e da concepção da incubação como ato pedagógico e processo formativo em Singer (2002) e Culti (2011), ou da incubação como extensão indissociável da pesquisa em Santos e Cruz (2008), Della Vechia *et al.* (2011) e Fraga (2012), ou ainda, da incubação como potencial formuladora de uma ciência e tecnologia oriunda do campo popular em Guimarães (2000), Dagnino, Brandão e Novaes (2004) e Dagnino (2011 e 2014a), ou ainda, da incubação como fomentadora de estratégia de desenvolvimento territorial em França Filho e Silva Júnior (2003), França Filho e Cunha (2009) ou França Filho (2017). Outro estudo relevante em Leal (2018) propõe uma matriz tipológica para compreender as abordagens da incubação, que distingue as incubadoras em quatro tipos, a depender do grau de especialização em campos de atuação específicos, da ênfase metodológica, da temporalidade geracional conformadora de padrões de relações institucionais distintos e da origem e trajetória definidora das motivações e ênfases de atuação das incubadoras. Esse amplo inventário de estudos e pesquisas sobre as incubadoras fora fruto, em grande medida, de um esforço de autorreflexão, já que os autores em sua grande maioria eram também atores do próprio processo de incubação.

Se, num contexto institucional tão desfavorável é o valor de uma experiência que pode ser perdida, cumpre, num sentido oposto, um esforço em resgatá-la. Porém, esse resgate é aqui concebido

em termos eminentemente analíticos. Trata-se de projetar um olhar sobre a experiência de incubação em economia solidária no Brasil para entender os diferentes significados do que dela resultou e ainda resulta. A questão que anima essa análise deve ser posta em termos antes de tudo pedagógicos: o que se pode aprender com essa experiência? Como entender essa trajetória da incubação em economia solidária no Brasil? Quais desafios se impuseram e se impõem na sua dinâmica de fortalecimento institucional? Ou seja, quais foram e continuam sendo as dificuldades enfrentadas em tais práticas? Como entender simultaneamente seus limites e desafios, de um lado, e seu potencial de inovação, do outro? Quais inflexões importantes podem ser indicadas nessa trajetória e o que nos ensina a experiência diferenciada das “incubadoras públicas”?

Se as questões acima orientam o olhar pretendido neste texto, importa salientar sua originalidade diante dos tantos outros “olhares” já projetados sobre essa mesma realidade, conforme o acúmulo de estudos do tema pontuado anteriormente. De fato, a diferença da abordagem deste texto se situa em dois aspectos. Em primeiro lugar, este trabalho procura salientar o que singulariza e confere relativa unidade a esse universo de práticas. Se a diversidade das experiências, conforme revelada nos mais variados estudos, é um elemento central da singularidade deste campo, iremos ressaltar mais aquilo que parece comum ao conjunto das experiências. O intuito é de sublinhar traços mais amplos caracterizadores desse universo de práticas, cujo intuito foge de uma preocupação com o como tal fenômeno se diferencia internamente, para pensar como tal fenômeno se diferencia externamente. Assim, se a incubação em economia solidária se distingue da incubação convencional de empresas, importa salientar o que a singulariza segundo três pontos de vista, envolvendo exatamente as três interfaces de relação da universidade: com a sociedade, consigo mesma e com os poderes públicos governamentais. Uma tal abordagem é aqui considerada não em oposição ao enfoque baseado na diversidade interna do campo, mas em complemento. Ambos os enfoques podem (e devem) se alimentar reciprocamente num esforço de compreensão deste assunto. Em segundo lugar, esse texto problematiza um campo pouco explorado neste universo de experiências: a “incubação pública”. Salienta-se sua especificidade à luz do caso da política dos centros públicos de economia solidária implementada pelo governo estadual da Bahia. Este, nos parece um caso ímpar de política pública de economia solidária no Brasil por três razões: a centralidade que a dimensão de incubação adquire na política, sua metodologia de implementação e seu alcance ampliado em termos do público atendido e área geográfica de abrangência.

O propósito desse texto é então ambicioso: conjugar o entendimento sobre o singulariza a incubação em economia solidária, da prática universitária até a experiência pública governamental, de um lado, e entender o que há de específico nesta última, do outro. Nosso argumento consiste em evidenciar que a natureza da prática de incubação em economia solidária se define na sua capacidade de produzir inovações permanentes envolvendo, tanto separadamente quanto de forma indissociável, os três níveis de interface constitutivos da sua própria experiência. Tais inovações são aqui abordadas como processos de transbordamento, revelador do caráter incontido, dinâmico e inventivo dessa experiência, que por sua vez é modelizado pelas demandas também permanentes oriundas da sociedade, da própria universidade e dos poderes públicos. Na interface com a sociedade, o efeito de transbordamento pode ser constatado na inflexão importante tanto do público objeto da incubação, quanto das formas de organizações apoiadas e da perspectiva territorial de abordagem da intervenção. Na interface com a universidade o efeito de transbordamento se observa na vocação e condição eminentemente inter e transdisciplinar dos projetos de incubação, além da sua capacidade em redefinir agendas de pesquisa e extensão, ambas interrogando umbilicalmente o sentido, papel e propósito da

própria universidade pública. Na interface com os poderes públicos, o efeito de transbordamento se observa tanto na inspiração e influência exercida na formulação de políticas públicas de economia solidária quanto nas parcerias institucionais viabilizadoras de inúmeros projetos de incubação. No conjunto das três interfaces, o transbordamento se verifica na própria exigência de interação que a prática da incubação suscita entre diferentes áreas do conhecimento e campos de atuação profissional, entre pesquisa, ensino e extensão, entre a universidade e outras instituições parceiras, além dos territórios, organizações e grupos socialmente excluídos, entre a universidade e as instituições públicas de Estado. No prolongamento dessa reflexão, a análise sugerida sobre a especificidade da incubação pública a partir do caso baiano indica a continuidade, como efeito de transbordamento, da exigência de inovação requerida para efetiva realização da própria atividade de incubação, que não deixa de acontecer sem alguns desafios relevantes que se impõem.

A estrutura de organização do texto segue, portanto, a tese acima enunciada, destacando-se duas partes principais. A primeira trata da trajetória da incubação em economia solidária a partir do “lugar” da universidade refletindo sua tripla interface (com a sociedade, consigo mesma e com os poderes públicos) e a segunda problematiza essa mesma prática tal como realizada no âmbito governamental. Na primeira parte discute-se, inicialmente, os traços que tem caracterizado a trajetória da incubação no que diz respeito à relação universidade-sociedade. O intuito é de explicitar esse efeito de transbordamento como sinônimo de inovação e, ao mesmo tempo, problematizar os desafios que têm sido impostos na sua tentativa de fortalecimento institucional. Depois, o intuito é de mostrar como essa dinâmica de relação com a sociedade reverbera para dentro da própria universidade, gerando um efeito de transbordamento refletido nas inovações institucionais requeridas pela prática de incubação. Tal dinâmica não ocorre sem resistência, conflitos, tensões e dilemas que se apresentam como desafios deste processo de fortalecimento institucional. Na segunda parte, então, problematiza-se em primeiro lugar esse efeito de transbordamento mais amplo gerador de experiências singulares neste campo, conhecidas como “incubadoras públicas” de economia solidária. Em seguida, aborda-se um dos seus efeitos mais emblemáticos através da análise do caso dos centros públicos de economia solidária como modalidade estratégica principal da política pública de economia solidária implementada no governo estadual baiano. Na conclusão do texto, destacam-se as inovações e desafios do caso analisado.

A TRIPLA INTERFACE DA INCUBAÇÃO EM ECOSOL NA TRADIÇÃO UNIVERSITÁRIA

Se a incubação em economia solidária nasceu no interior das universidades brasileiras, a compreensão da sua trajetória não parece possível sem uma observação fina sobre como tais práticas de incubação vão adquirindo contornos próprios segundo três instâncias fundamentais de interação: com as organizações da sociedade civil e as iniciativas locais de auto-organização participando da dinâmica de apoio; com as diferentes estruturas no interior da própria universidade ou institutos tecnológicos, e; com os poderes públicos governamentais.

Uma interface original entre universidade e sociedade

A interface da prática da incubação em economia solidária com a sociedade se estabelece inicialmente pela sua própria condição de entidade de apoio e fomento (EAF). Estas, existem ao lado das formas de auto-organização política (que são os fóruns e redes de economia solidária), das instâncias públicas governamentais de apoio à economia solidária (que são os departamentos, diretorias, su-

perintendências ou secretarias em diferentes esferas do poder executivo) e das iniciativas socioeconômicas, ou seja, os empreendimentos econômicos solidários (EES). No seu conjunto, essas quatro instâncias conformam o ambiente da economia solidária no Brasil enquanto um campo institucional em formação (FRANÇA FILHO, 2006), sendo os EES o elemento central desse complexo.

No âmbito das EAFs, por sua vez, as incubadoras existem ao lado das organizações da sociedade civil com histórico importante no trabalho de assessoria aos processos de organização popular. Da mesma maneira que esse trabalho de suporte e apoio aos EES vai “se esparramar” das universidades para a ação governamental, como veremos adiante, cumpre reconhecer que as incubadoras, em si, se beneficiaram da massa crítica de conhecimento preexistente nas diferentes iniciativas no campo das organizações da sociedade civil que já desenvolviam um trabalho de apoio à organização popular mais antigo. Houve um “derramamento”, menor ou maior conforme os diferentes casos, de saberes e experiências da sociedade civil para dentro das universidades devido aos fluxos de interações entre atores e instituições dos dois lados. Em que pese a clássica tensão entre universidades e organizações dos movimentos sociais, houve bem mais interseções e interações do que se costuma considerar. Isso não significa deixar de reconhecer, por outro lado, que nas universidades as incubadoras desenvolveram uma série de sínteses próprias fruto da interação tanto com os grupos sociais apoiados quanto com as demais áreas do conhecimento que a constitui. É assim que, em certa medida, as incubadoras de economia solidária reatualizam e ressignificam um certo número de práticas de assessoria à organização popular e movimentos sociais no Brasil que historicamente era realizado por algumas ONGs e instituições vinculadas a setores progressistas da Igreja. Em especial, fortalece o apoio técnico em gestão que antes era praticamente ausente dos processos de formação política (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009).

De fato, inspirada de outras iniciativas no campo da sociedade civil de apoio ao processo de organização popular, a incubação em ecosol ganha contornos próprios e se modeliza no seio de muitas universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia no Brasil. Neste ambiente institucional esse tipo de incubação inaugura uma preocupação em dirigir o desenvolvimento da pesquisa tecnológica para o trabalho ou a sociedade, invertendo uma lógica tradicional de investimento direcionado ao mercado. Trata-se de apoiar as “sociedades de pessoas”, ao invés das “sociedades de capital” (FARID; VAZZOLER, 2004). Assim fazendo ela se distingue profundamente das práticas convencionais de incubação (de empresas), para afirmar seu caráter inovador no atendimento de demandas sociais. Essa inovação pode ser compreendida a partir das duas dimensões constitutivas do trabalho com incubação: o seu objeto e o seu método.

Do ponto de vista do objeto, duas características marcam essa inflexão: o público da incubação e o foco da incubação. Ao invés das empresas, a incubação em economia solidária focaliza o universo, historicamente invisibilizado em termos organizacionais (FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020), das formas de auto-organização construídas em cooperação no meio popular. Esse deslocamento é tanto em relação ao modo de organizar e operar a gestão quanto em relação a natureza do público atingido. Os empreendimentos econômicos solidários são, na maioria dos casos, constituídos por pessoas de baixa renda, com escolaridade incompleta e, por isso, detentoras de baixa qualificação para o mercado de trabalho. Enquanto perfil geral, esse é um público constituído de pessoas que se envolvem em diferentes atividades, na maioria das vezes informais. Por isso, podemos caracterizar sua inserção ocupacional como pluriativa, embora marcada pela precariedade. De qualquer sorte, para a maioria dos casos, trata-se de um público bastante vulnerável do ponto de vista socioeconômico e sócio-ocupacional, excluído das políticas de investimento produtivo, não deixando, entretanto, de

constituir parte da população economicamente ativa (PEA) (FRANÇA FILHO *et al.*, 2016; GUIMARÃES; PEREIRA, 2015; ADDOR *et al.*, 2018). Além desse transbordamento do público, é também um transbordamento do foco da incubação que acontece nessa dinâmica de incubação: das empresas privadas para as cooperativas populares, grupos informais e associações, num primeiro momento, e em seguida, destes empreendimentos coletivos para os seus próprios territórios. O trabalho de incubação passa a se preocupar mais com as redes e articulações institucionais possíveis na escala territorial (FRANÇA FILHO E CUNHA, 2009; FRANÇA FILHO, 2017; DUBEUX, 2016; ANTUNES *et al.*, 2019). Isto posto inclusive como condição para a sustentabilidade do apoio ofertado numa perspectiva estratégica para o desenvolvimento (FRANÇA FILHO, 2008).

Ao trabalhar com sujeitos e grupos sociais caracterizados pelo elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica, bem como seus respectivos contextos territoriais, as práticas de incubação em economia solidária indicam a pertinência de se deslocar também o “lugar” no qual historicamente se considerava como aquele da produção de inovação. Recuperando a formulação de Milton Santos sobre circuito superior e inferior da economia, Guimarães e Pereira (2015) mostram como uma série de políticas públicas para fortalecimento e incentivo à produção são pensadas somente para esse primeiro circuito, de forma que, uma grande parcela da população vive ausente desse processo: “as políticas tecnológicas e de inovação não chegam até essa classe, que é a base do setor produtivo, sendo esta atingida apenas por políticas sociais” (GUIMARÃES; PEREIRA, 2015 p. 472). A prática da incubação em economia solidária favorece então a superação de certa clivagem ortodoxa entre políticas de investimento em CT&I e políticas sociais (consideradas reparatórias e compensatórias), no que concerne ao debate sobre inovação. Esse tipo de incubação vai então indicar que tanto esse público de excluídos pode e deve ser considerado como produtor de inovação, quanto suas formas de organizações e seus territórios também devem ser vistos como ambientes propícios à inovação (FRANÇA FILHO, 2018; OLIVEIRA, ADDOR, MAIA, 2018; NEDER, MARQUES, 2018). Essa reflexão tanto reconecta uma tradição importante dos estudos críticos no Brasil sobre ciência tecnologia e inovação (DAGNINO, 2014b; DAGNINO, 2014c; NEDER, 2018), quanto dialoga com a origem do debate internacional sobre o conceito de inovação social, especialmente desenvolvido por pesquisadores do Crisis na Universidade do Québec em Montreal desde os anos 1990 (LÉVESQUE, 2000, 2002 e 2006; LÉVESQUE, MANDELL, 1999). O valor atual desse debate vai no sentido da necessária resignificação da inovação através de tais práticas de incubação (FRANÇA FILHO, 2018). Se a natureza da inovação que se pode verificar neste ambiente não pode ser vista à luz do conceito clássico de inovação tecnológica, somos convidados a compreender o modo específico pelo qual a tecnologia e o conhecimento são produzidos e são apropriados através dessas experiências, indicando a refundação do conceito de inovação. É precisamente esse modo específico que nos leva a refletir sobre um transbordamento também do método de incubação.

Do ponto de vista do método, a incubação em economia solidária altera substancialmente os termos da relação universidade-sociedade, isto é, da relação entre atores acadêmicos e sujeitos sociais nos seus respectivos territórios. Essa é uma inflexão de peso pois, historicamente, tal relação tem sido marcada pela expressiva assimetria de poder conferida pelo “lugar” e status considerado superior da universidade, ou ente apoiador, visto como produtor exclusivo do conhecimento. Nessa lógica cabia um papel passivo dos atores locais enquanto receptores num mecanismo unilateral de transferência tecnológica. Na contramão dessa tendência, a incubação em economia solidária busca a interação numa perspectiva de adequação à realidade (NEDER, 2018; DAGNINO, 2011). O intuito é de estabelecer uma relação de reciprocidade baseado no intercâmbio de conhecimentos entre o saber

técnico-acadêmico, de um lado, e o saber e experiência local, do outro. A perspectiva almejada é de co-construção das soluções tecnológicas, organizacionais e de gestão para os problemas enfrentados em cada realidade e contexto de vivência. O uso de metodologias oriundas do campo da educação popular e de outras áreas no âmbito das ciências humanas são mobilizados em complemento aos dispositivos mais conhecidos e consagrados em termos do acervo de técnicas e metodologias para a gestão.

Esse é um modo muito próprio pelo qual a noção de inovação se redefine através dessas práticas. Ou seja, a “geração da inovação se encontra num ‘lugar’ diferente, situado entre dois mundos sociais, configurando uma síntese entre outsiders e insiders. Esse é o caso de alianças, parcerias ou vínculos criados entre agentes institucionais distintos, (...), que se configura na prática de incubação tecnológica em economia solidária. Então, a inovação se define como uma co-construção entre *insiders* e *outsiders*. Ela se funda no princípio da democratização da relação de parceria, cuja ênfase se coloca numa atitude de dialogicidade ou de escuta sensível, sobretudo da parte do agente externo em relação ao agente interno.” (FRANÇA FILHO, 2018:226-227)

Um transbordamento também para dentro da própria universidade?

Esse duplo deslocamento, transbordamento ou inflexão (de objeto e de método) observada na relação de incubação em interface com a sociedade não ocorre sem consequências de volta ou “para dentro” da própria prática universitária. Segundo nossa avaliação, a incubação em economia solidária promove uma ressignificação da prática extensionista nas universidades (FRANÇA FILHO *et al.*, 2015), que pode ser vista ainda como mais uma faceta do seu caráter inovador. Ao menos quatro características evidenciam essa ideia.

Em primeiro lugar, importa salientar a exigência de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade para efetiva realização da incubação em economia solidária. Isto se deve a natureza intersetorial, interconectada e abrangente dos problemas enfrentados neste tipo de intervenção em consonância com as dificuldades e carências vividas pelos sujeitos e grupos sociais em seus respectivos territórios. A pauta, em princípio econômica, de geração de trabalho e renda, não se separa das demais demandas existentes no território, envolvendo os mais diversos temas (meio ambiente, saúde e educação, transporte, cultura, entre outros) e requerendo ações combinadas entre dimensões sociopolíticas, socioculturais e socioeconômicas que passam a se preocupar com o fortalecimento da capacidade local de auto-organização no enfrentamento dos seus problemas. É assim que ocorre a tendência de transbordamento de uma incubação pensada como assessoria técnica para uma incubação pensada numa perspectiva de desenvolvimento local-territorial. Se tal intervenção mobiliza diferentes temáticas, impõem-se então uma exigência de composição de equipe técnica de acompanhamento com formação multidisciplinar. É por isso que as incubadoras são um espaço de aglutinação de discentes, docentes e técnicos oriundos das mais diversas áreas do conhecimento, e ainda, dos mais diversos níveis, entre graduados, mestres e doutores. Essa exigência de interdisciplinaridade definida pela própria prática se estende até uma segunda exigência, dessa vez transdisciplinar, de interação dos conhecimentos técnico-acadêmicos com os saberes e a experiência do “lugar do outro”, isto é, dos sujeitos, grupos sociais e suas instituições locais.

Em segundo lugar, tais práticas de incubação estão também vocacionadas a promover a reaproximação ou rearticulação da extensão com a pesquisa e o ensino. Também neste caso, estamos diante de um tipo de extensão que requer, como condição para a sua própria realização, o efetivo desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa. Isso acontece porque o trabalho de incubação lida permanentemente com formação de pessoas (tanto na universidade como nas comunidades) e com a

produção de conhecimento entendido como suporte do próprio desenvolvimento das atividades. Ou seja, projetos de extensão desse tipo são recobertos de ações de pesquisa em diferentes níveis: desde suas formas mais aplicadas, como no exemplo do desenvolvimento de tecnologias socialmente apropriadas pelos grupos populares que são acompanhados, até a realização de diagnósticos e avaliações que aparecem como necessários em diferentes circunstâncias do processo de incubação (a exemplo de diagnóstico para viabilidade de empreendimentos, de mapeamento socioeconômico ou histórico-cultural de um dado território, comunidade, bairro ou área geográfica específica, entre outros) ou, ainda, a elaboração de pesquisas refletindo o próprio processo de incubação ou problematizando a realidade na qual a incubação acontece como um caso de estudo. Essa ressignificação da atividade extensionista é observada ainda na capacidade que a prática de incubação em economia solidária nas universidades tem de reorientar agendas de pesquisa, como mostrou a avaliação Proninc no período 2014-2016, em que 64 incubadoras pesquisadas articularam a produção de 82 dissertações e 32 teses. Isto porque, dentre as incubadoras mais antigas 78,3% estavam vinculadas à programas de pós-graduação (ADDOR *et al.*, 2018). É assim que tal tipo de incubação procura ratificar, na prática, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (SCHIOCHET, 2018; ADDOR, LARICCHIA, 2018), elemento tão crucial para um debate tão antigo quanto atual sobre a relação universidade-sociedade (CAPUTO, TEIXEIRA, 2015).

Em terceiro lugar, cabe destacar o volume significativo de recursos necessários ao investimento em projetos de incubação desse tipo, conforme a natureza das demandas do processo de organização e desenvolvimento das comunidades. Há tanto uma demanda de investimento importante em termos de infraestrutura na maioria dos projetos (máquinas, equipamentos, espaço físico, etc.) quanto de custeio das atividades, envolvendo despesas com gastos correntes de manutenção de espaços físicos (água, luz, aluguel, etc.) e de pessoal. Este último se constitui em um investimento de grande relevância, pois tais atividades requerem aperfeiçoamento e qualificação profissional importante tanto do lado dos entes apoiados quanto daqueles que apoiam. Existe aqui uma dupla demanda: como formar quem atua na ponta? Mas, também, como formar os formadores? Se as duas questões resgatam o valor de metodologias integrativas não convencionais (GIANNELLA, MOURA, 2009) e princípios de educação popular (DUBEUX, BRITO 2018; FREIRE, 1996), entre outros, que recuperam e enfatizam a experiência local, a segunda questão salienta ainda a carência de profissionais neste âmbito de atuação, indicando uma agenda de formação muito necessária na oferta das instituições educacionais.

Finalmente, uma quarta característica que ressignifica a prática extensionista levada a cabo em processos de incubação desse tipo concerne a centralidade dos mecanismos de articulação institucional requeridos. Se essa capacidade de produzir articulações institucionais é provocada pela própria natureza das demandas encontradas na execução dos projetos, cumpre entretanto salientar o caráter multiforme do que entende-se por articulação institucional quando tratamos desse assunto. Há aqui, segundo nossa abordagem, dois níveis de articulação institucional indicando mais uma faceta inovadora de tais práticas.

Num primeiro nível a articulação institucional diz respeito ao fomento de redes e parcerias institucionais no contexto das práticas em si. Os empreendimentos e iniciativas apoiadas num processo de incubação são convidadas a construção de redes, parcerias e articulações de diferentes tipos e formas no contexto do seu território de atuação e para além dele, em certos casos. A ênfase nas redes permite deslocar o foco da incubação: de organizações para interorganizações, no intuito de fortalecer a sustentabilidade das ações e do próprio projeto. Essas redes podem ser entre empreendimentos para potencializar sua capacidade de comercialização; entre empreendimentos para fortalecer sua capaci-

dade de interlocução política; com outras instituições apoiadoras ou financiadoras, sejam elas entes públicos governamentais ou não governamentais, além de entes privados em alguns casos (FRANÇA FILHO E CUNHA, 2009b). Num segundo nível, a articulação institucional diz respeito a viabilização do próprio projeto de extensão. Tais projetos costumam ser fruto de editais públicos, mas também podem ser resultado de parceria institucional com ente financiador externo. Nos dois casos constrói-se um tipo de articulação em tripartite: a) a incubadora representando a universidade; b) o ente financiador externo ao território, que pode ser uma empresa pública ou privada, uma secretaria de governo ou fundação, entre outras; e c) o ente ou os entes locais apoiados.

Em resumo, essa quarta característica da incubação concebe a dinâmica de articulação institucional tanto no modelo ou desenho da interação interatores no contexto da execução dos projeto quanto no próprio financiamento dos mesmos. É precisamente a síntese desses dois níveis que nos parece conformadora de um terceiro nível de articulação que se apresenta como uma outra prática de incubação, aqui denominada de incubadora pública.

DAS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS ÀS INCUBADORAS PÚBLICAS

As incubadoras públicas inspiram-se do modelo das universidades, porém, adquirem contornos próprios. É como se o caráter incontido da incubação em sua dupla interface encontrasse um terceiro tipo de transbordamento, que, se estendendo além de si, gera uma nova forma de incubação em economia solidária. Se este transbordamento reflete a capacidade da universidade em provocar os poderes públicos, conforme a reorientação de agendas de pesquisa em seu interior e a indicação de uma renovação necessária também no campo das políticas públicas, importa neste momento entender os contornos próprios dessa forma de incubação.

Contextualizando a incubação no campo da gestão pública

As incubadoras públicas de economia solidária se encontram, na confluência de uma dupla história: das próprias incubadoras universitárias, de um lado, e das políticas públicas de economia solidária, do outro. Essa confluência articula três instâncias fundamentais: a sociedade civil juntamente com a organização popular, as universidades (ou instituições de ensino superior - IES) e os poderes públicos. As incubadoras públicas são um produto dessa articulação e podem ser compreendidas como resultado de um efeito de transbordamento das duas primeiras instâncias sobre a terceira. Entretanto, essa terceira não deixa de entreter uma relação permanente com as duas outras instâncias ao longo da sua dinâmica de funcionamento, como num efeito de retroalimentação enquanto condição da sua própria existência.

Se o transbordamento reflete a influência da experiência acumulada pelos movimentos sociais da economia solidária e suas incubadoras universitárias sobre os poderes públicos, sua materialização ocorre através dos efeitos de sua incidência na construção de uma série de políticas públicas de economia solidária nas diversas esferas de governo ao longo especialmente das duas primeiras décadas deste século, conforme indicaram variados estudos (CRUZ, 2006; FRANÇA FILHO *et al.* 2006; PRAXEDES, 2009; SILVA e FARIA 2009; CUNHA, 2012; MAZZEU, 2016; FORTE, 2017). Tais efeitos principais foram os inúmeros órgãos, programas, projetos e legislações direcionados a economia solidária que foram surgindo nesta trajetória. Um dos fatos mais marcantes foi a criação, em nível nacional, da “Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária”, ocorrida no ano de 2003. Agregando representantes das 3 esferas governamentais, essa rede contava na sua composição

com mais de 200 administrações municipais e estaduais dedicadas ao fomento de políticas públicas de economia solidária no país (REIS, 2019), o que também ilustrava a quantidade de iniciativas públicas em curso no Brasil. No âmbito estadual, merece registro a criação, até 2019, de leis de economia solidária em todos os estados brasileiros, a exceção do Ceará e do Amapá (REIS, 2019). O mesmo fato também tendo se repetido em diversas experiências municipais.

A partir de 2004 teve início a política de fomento a implementação de Centros Públicos de Economia Solidária - CPES (CUNHA, 2012), realizada pela Senaes junto a prefeituras e Estados com o objetivo de constituir espaços onde fosse possível articular experiências e promover a integração de diversas iniciativas e atores da economia solidária (MTE, 2009). A proposta era de conceber os CPES enquanto espaços de referência em economia solidária, onde seriam oferecidos, além do espaço físico e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades formativas (como realização de reuniões, hospedagem de iniciativas e projetos de ES governamentais e de atividades culturais), também o desenvolvimento de atividades de incubação, o fortalecimento de redes de ES e de políticas locais de ES e a constituição de um quadro técnico para fomento a ES e desenvolvimento de políticas públicas de economia solidária - PPES (MTE, 2009). Nesta trajetória, alguns municípios, como Londrina (2007), Osasco (2007), São Carlos (2008), Santo André, São Paulo (2015), entre outros, e governos estaduais como a Paraíba (2017), Ceará (2016), etc. implantaram tal equipamento (REIS, 2019), além da Bahia, caso a ser analisado adiante.

Ao prever no Termo de Referência, entre as ações do CPES a “promover nas suas dependências atividades de incubação de empreendimentos solidários” (MTE, 2009, p. 5), a iniciativa da Senaes pode ter contribuído para a indução de ações municipais de apoio às incubadoras públicas. As primeiras experiências de incubação pública foram observadas em municípios como Santo André (pioneira), Osasco, São Carlos, São Paulo (SP), Londrina (PR) e Joinville (SC), ao lado da experiência baiana no âmbito estadual (REIS, 2019).

Em termos de concepção, as incubadoras públicas de economia solidária são entendidas como equipamentos públicos que dispõe de um espaço físico multifuncional voltado para o apoio aos EES nas diferentes fases de sua estruturação e desenvolvimento.

Contando com equipe técnica multidisciplinar, constituída por profissionais de carreira ou temporários, uma incubadora pública oferece atividades como: sensibilização em economia solidária (com indivíduos, grupos, beneficiários de projetos, de programas sociais, possíveis interessados, etc.), formação técnica, gerencial e socioprodutiva, apoio ao desenvolvimento tecnológico, fomento a redes e cadeias, estímulo a participação e controle social dos beneficiários em esferas como Conselhos e Fóruns, entre outras. Suas ações objetivam contribuir para a viabilidade social e econômica dos EES e para a criação de sinergias entre atores diversos visando contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento equitativo em que a centralidade é o ser humano (REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015).

Assim como as incubadoras universitárias, as incubadoras públicas se voltam prioritariamente para trabalhadores de baixa renda, com pouca qualificação, que transitam entre a formalidade e a informalidade das relações de trabalho e que tem interesse em desenvolver, de forma coletiva, alternativas de geração de renda (REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015).

Na sua trajetória, as incubadoras públicas podem estabelecer parcerias com as próprias entidades de apoio e fomento (EAFs), como universidades e ONGs, além de outras instâncias governamentais (REIS, 2019). Em um caso emblemático, relativo a gestão municipal em Osasco no período 2005-

2008, a incubadora pública implementada no âmbito do Programa Osasco Solidário através da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão, fixou parceria com a ITCP/COOPE/UFRJ para a transferência da metodologia de incubação através do Sistema Integrado de Gestão (SIG), que fornecia um conjunto de indicadores e sistema de monitoramento e avaliação do processo de incubação (CAZZUNI *et al*, 2009).

A noção de incubadoras públicas guarda assim fortes vínculos com as políticas de criação dos centros públicos de economia solidária e tiveram sua relevância reconhecida em algumas legislações. Um estudo realizado por Mazzeu (2016) revelou a existência, até 2013, de nove leis estaduais e vinte e seis municipais definindo políticas para a economia solidária, sendo que destas, em termos de “instrumento de apoio”, 64% incluíam a incubação de empreendimentos ou a criação de uma Incubadora Pública como estratégia importante da política e 16% previa em lei a criação de Centros Públicos de Economia Solidária. Alguns destes possuem incubadoras na sua estrutura organizativa. O município de Osasco, por exemplo, foi uma experiência em que a incubadora atuava de forma articulada com o Centro Público, realizando, entre outras ações conjuntas, a incubação, dos EES que faziam parte do espaço de comercialização do Centro (REIS, 2019).

Se as considerações acima apresentam em linhas mais gerais um contexto ampliado pelo nível nacional de entendimento sobre o surgimento da incubação pública no Brasil, importa conhecer de modo mais específico a dinâmica de concepção e operacionalização dessa prática de incubação. Neste intuito, a política dos centros públicos de economia solidária implementada pelo governo do estado da Bahia revela-se emblemática.

A experiência dos Centros Públicos de Economia Solidária (Cesols) da Bahia

A trajetória da economia solidária na Bahia encontra origens no desenvolvimento de práticas de trabalho associado em diversas partes do Estado. Assim como aconteceu no cenário nacional, estas diversas práticas foram se aproximando e convergindo para a criação de Fóruns e Redes, a exemplo do Fórum Baiano de Economia Solidária (FBaES) constituído em 2003 e ligado ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

A mudança de gestão decorrente das eleições de 2006 abriu uma janela política (*policy window*) (KINGDOM apud CAPELLA, 2006) para que o movimento de economia solidária, representado pelo FBaES, apresentasse a demanda de criação de uma política pública de economia solidária (PPES) ao recém eleito governador da Bahia, de forma análoga ao que ocorreu em âmbito nacional na origem da Senaes. Neste momento, uma das demandas apresentada pelo FBaES no âmbito da PPES/Ba era a criação de Centros Públicos de Economia Solidária. A identificação dos problemas que alimentaram tal demanda das forças políticas organizadas foi nutrida pelo histórico de atuação prévia no campo da economia solidária, especialmente pelas entidades de apoio e fomento.

O novo governo acolheu a demanda e implementou, a partir de 2007, a Política Pública de Economia Solidária (PPES/BA) e o Programa Bahia Solidária, ficando sua operacionalização sob a responsabilidade da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) através da Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo (Sesol). Alguns anos depois, a política foi formalizada pela Lei 12.368/11 que instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia - PEFES/BA e criou o Conselho Estadual de Economia Solidária (BAHIA, 2011). Em termos de diretrizes, a PPES/BA foi estruturada em 4 eixos: 1) formação e divulgação; 2) fomento; 3) microcrédito e finanças solidárias e 4) assistência técnica e inclusão socioprodutiva (REIS, 2019)

A ideia de incubação pública na experiência baiana nasceu em 2007 no âmbito do eixo 1 de forma-

ção e divulgação. O projeto de apoio a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários foi feito de maneira participativa, através do “Comitê Propositivo” articulado pela Setre e composto por representações desta secretaria, das próprias incubadoras assim como da Fundação Banco do Brasil e Fórum Metropolitano de Cooperativas (MEIRA *et al*, 2011 *apud* REIS, 2019). A proposta surgida do coletivo contribuiu para a definição do apoio, no âmbito estadual, de 4 tipos de incubadoras – universitárias, temáticas, territoriais e estadual (BAHIA, 2014, p. 13 *apud* REIS, 2019). Tal programa contemplou as experiências prévias das incubadoras universitárias e trouxe algumas inovações, entre elas são destacadas quatro a seguir. A primeira foi o reconhecimento das iniciativas desenvolvidas pelas entidades de apoio e fomento (EAFs) da sociedade civil como incubadoras temáticas e territoriais, indo além do entendimento de incubadora restrito ao ambiente acadêmico. A segunda inovação foi o direcionamento de recursos do projeto para investimento em ativos (infraestrutura, máquinas, equipamentos, etc.) para os EES incubados. Uma terceira inovação foi o apoio a povos e comunidades tradicionais como indígenas e quilombolas por meio das incubadoras temáticas. Além destas, outra inovação foi a proposta de uma incubadora estadual, operacionalizada com quadros próprios, voltada para difusão de tecnologias de incubação e apoio e articulação de EES em redes (REIS, 2019).

A experiência das incubadoras também contribuiu para o delineamento do que viria a ser os Centros Públicos de Economia Solidária (Cesol) baianos, espaços multifuncionais com equipe técnica com formações variadas que prestava assistência técnica aos EES Baianos, os quais se situam na linha 4 da PPES/BA, direcionada a assistência técnica e inclusão socioproductiva. As ações desenvolvidas no âmbito das incubadoras e dos Cesols trazem, de modo inovador, formas de incubação pública no âmbito da PPES/BA.

Para operacionalização do Cesol, a estratégia inicial da Sesol/Setre foi executar de forma direta. Assim, foi criado um Cesol estadual em Salvador, inaugurado em 2008, em um prédio próprio do Estado e com equipe contratada em Regime Especial de Direito Administrativo (Reda) e, posteriormente, mais 2 Cesols territoriais, com sede em Feira de Santana e Vitória da Conquista. Tais experiências inovadoras no campo da gestão pública trouxeram avanços no atendimento aos EES baianos. No entanto, durante toda a operacionalização, enfrentou dificuldades decorrentes dos limites do aparato do Estado, que se mostrou muitas vezes incapaz de atender às necessidades mais cotidianas que o serviço público ofertado pelo Cesol precisava (tais como veículos para deslocamento, estrutura física em condições adequadas, etc.) Assim, a partir de 2013 os Cesols executados de forma direta foram encerrados (REIS, 2019).

Em todo caso, os Cesols ainda estavam em operação quando o governo da Bahia criou, em 2011, o Programa Estadual de Inclusão Socioproductiva - “Vida Melhor” através do Decreto n.º 13.167 (BAHIA, 2011b). Tal programa, com semelhanças ao programa Federal Brasil Sem Miséria, tinha a finalidade de “incluir socioproductivamente, pelo trabalho decente, pessoas em situação de pobreza e com potencial laborativo, com vistas à sua emancipação” (BAHIA, 2011, Art. 1º *apud* REIS, 2019). O Vida Melhor surge como caminho ao possibilitar à PPES ampliar sua ação e orçamento. A Setre optou, então, por aderir ao programa com a proposta de oferecer assistência técnica aos EES urbanos e rurais não agrícolas por meio dos Cesols (REIS, 2019). Neste contexto, o aprendizado decorrente da execução direta dos Cesols pela Sesol/Setre indicava a necessidade de buscar alternativas para melhoria na qualidade do serviço. A Sesol/Setre entendia que era preciso desenvolver uma ação de assistência técnica mais ampla e duradoura. Para se ter uma noção da abrangência pensada, o governo tinha uma meta estabelecida inicialmente de implementação de 30 Cesol territoriais distribuídos pelo Estado da Bahia no prazo de 4 anos, conforme ciclo do PPA equivalente a um mandato eleitoral (REIS, 2019).

Após analisar as opções possíveis para operacionalizar a política do Cesol no âmbito do Programa Vida Melhor, a Sesol/Setre optou por efetivar o modelo de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (OS). Tal decisão levou em consideração fatores como potencial do modelo em termos de qualidade do serviço, capacidade operacional de execução e número de beneficiários a serem alcançados. Além destes, aspectos como custo/benefício e potencial de contribuição na diminuição das desigualdades e na ampliação da sustentabilidade dos EES foram avaliados (VASCONCELOS *et al.*, 2015 *apud* REIS, 2019). O contrato de gestão trazia também a possibilidade de uma execução com “rédeas mais curtas”, com metas e indicadores pré estabelecidos pela Sesol/Setre e diversos mecanismos de controle previstos, na expectativa de efetivo atingimento dos resultados almejados pela PPES/BA (REIS, 2019). É como se o Cesol atuasse na forma de uma “incubadora ampliada” (termo utilizado por uma das Coordenadoras da Sesol/Setre), com uma envergadura e alcance superior às práticas universitárias (REIS, 2019).

Dois aspectos contribuem para o entendimento desta ampliação em termos de incubação: a forma (método) de ação do Estado e a sua interface com a sociedade (objeto). Com relação à forma, os Cesols trazem a perspectiva de maior capilaridade da PPES, com a proposta de implantação de estruturas em todos os territórios da Bahia, funcionando como um espaço de articulação entre os diversos segmentos e de disseminação da economia solidária. Já no que se refere a interface com a sociedade civil, há ampliação em duas direções: do público beneficiário e do modo de execução do serviço – numa perspectiva de “co-produção do serviço” (VAILLANCOURT, 2015). Como parte de uma PPES que tem como horizonte a universalização do atendimento, vislumbra-se uma significativa ampliação do número de EES atendidos. Já no que se refere ao modo de execução, inaugurou-se no campo da economia solidária na Bahia um novo modelo de relação entre a sociedade civil e o Estado mediada pelo contrato de gestão.

Através deste modelo, o Estado transferia para uma OS a execução de um serviço público, de acordo com os parâmetros pré estabelecidos nos instrumentos que regulam a oferta do serviço, tais como termos de referência, editais e contratos. Algumas experiências serviram de inspiração na definição da concepção do serviço pela equipe da Sesol/Setre, entre eles as incubadoras e o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que já era desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR (REIS, 2019). Era preciso também fazer uma espécie de modulação do serviço com ações, metas, prazos, mecanismos de avaliação, etc. Neste processo, foram incluídos instrumentos práticos para realização do trabalho dos Cesols, tais como o Estudo de Viabilidade Socioeconômica - EVE (KRAYCHETE, 2011 e 2015) e um instrumento para diagnóstico socioeconômico – CadCidadão (baseado num modelo já utilizado por outros órgãos do Estado). Mais uma influência da experiência da incubadora universitária pode ser observada aqui, uma vez que a metodologia EVE era utilizada na ITCP da universidade Católica do Salvador em parceria com a ONG Capina e passou a compor o modelo metodológico da PPES/BA desenvolvida pelos Cesols.

Inicialmente, dois editais foram lançados em 09/2012 e 03/2013, os quais previam a criação da estrutura dos Cesols com o objetivo de “prestar assistência técnica a empreendimentos associativos populares e solidários e a redes de economia solidária e comércio justo e solidário com vistas ao alcance da sustentabilidade” (BAHIA, 2012 e BAHIA, 2013 *apud* REIS, 2019) Em tais editais, a assistência técnica era descrita como um processo educativo que contribui para a adequação de tecnologias às especificidades dos EES. A proposta era que o serviço contribuísse para a geração de trabalho e renda por meio da inclusão socioproductiva ao possibilitar o acesso dos trabalhadores dos EES a conhecimentos (formação política, gerencial e técnica) e a ativos produtivos (máquinas, equipamentos, espaço físico etc), considerando o conhecimento e valorização das potencialidades locais (REIS, 2019).

No que se refere às metas e infraestrutura requerida para a PPES desenvolvida pelos Cesols, a implantação do serviço foi pensada em dois componentes no âmbito dos editais 09/2012 e 03/2013: I) componentes de implantação, que se referia a todos os aspectos necessários para deixar o Cesol pronto para prestar o serviço (infraestrutura física e pessoal a postos) e II) componente operacional, que envolvia as atividades relacionadas a prestação do serviço de assistência técnica (REIS, 2019). A metodologia foi descrita em detalhes, assim como as metas e indicadores de desempenho. As medidas são trimestrais e agrupadas anualmente ao longo de 2 anos (iniciais) de contrato e o número de EES que vão entrando no serviço de assistência técnica é acumulativo. Entre as metas de cada Cesol previstas nos editais estavam: elaboração de Eve para 126 EES; elaboração de Planos de Ação para 126 EES; prestação de atendimento a 108 EES (em áreas como assistência gerencial, socioproductiva, comercialização), e; orientação para acesso ao crédito para 126 EES (BAHIA, 2012 e BAHIA, 2013 *apud* REIS, 2019). Para executar o serviço os editais previam a contratação de 19 pessoas, sendo 14 da área técnica com formação multidisciplinar.

Alguns contratos do primeiro edital foram aditados ao longo do período e, em conjunto com os do segundo edital, finalizados ao final de 2016, exceto os que, por decisão da Setre ou das OS, tiveram execução interrompida no meio do percurso. Entre janeiro e outubro de 2017 as OSs ficam sem contrato de gestão, mas se mantiveram em atividade na expectativa de uma renovação. Então, em outubro/2017 um contrato emergencial foi assinado, com um ajuste na metodologia de trabalho que passou a ser mais direcionada para assistência na área de comercialização e com quadro de pessoal, valor e escopo de menor envergadura em comparação com os projetos anteriores. Como componentes finalísticos desta etapa estavam a inserção de EES em redes, a organização de centrais de comercialização e a inserção de EES em lojas fomentadas e apoiadas pelos Centros públicos de Economia Solidária. O foco na comercialização trazia, na perspectiva da Sesol/Setre, a possibilidade de dar um passo adiante ao trabalho de assistência técnica que já estava sendo prestado aos EES (REIS, 2019).

O apoio aos Cesol assumiu a centralidade na estratégia do governo baiano direcionados à economia solidária, com mais de 60% de todos os investimentos no âmbito da PPES/BA. Desde o edital 09/2012, foram apoiados 16 Cesol em 17 territórios de identidade (dos 26 que a Bahia possui), envolvendo cerca de 304 profissionais (contratação via CLT) e resultando no atendimento a 2.151 EES (SETRE, 2018 *apud*, REIS, 2019), alguns com atividades encerradas. Apesar de fazer parte de uma PPES, cada Cesol possui especificidades com relação ao território de implementação e características institucionais, as quais, em conjunto com questões do governo, fazem com que o itinerário de atuação e resultados devam ser compreendidos através de estudos de casos específicos. De todo modo, algumas considerações de ordem mais analítica sobre inovações e desafios ou avanços e limites dessa experiência se fazem necessárias.

CONCLUSÃO

Se a incubação pública se constituiu como um prolongamento da experiência universitária, representando uma de suas facetas ou expressões do transbordamento daquela, importa neste momento salientar seus avanços e limites ou inovações e desafios. A singular experiência baiana dos Cesols, resultado de uma política pública inédita pela sua enorme envergadura produziu duas principais inovações, de objeto e de método. Tal fenômeno trouxe também alguns efeitos importantes em termos de avanços, assim como, gerou consequências inesperadas, indicando obstáculos e desafios significativos em sua prática.

A primeira inovação, relativo ao objeto da incubação, diz respeito ao aumento significativo de escala da intervenção através da expansão do serviço em termos de extensão territorial e abrangência do público atendido, conforme alguns números apresentados anteriormente. Contudo, a ampliação quantitativa das metas na intenção de alcançar universalização dos seus serviços em um grande território de atuação enfrentou dificuldades relativa a especificidade do seu objeto, isto é, quando se depara com EES em diferentes níveis de organização do seu trabalho e em distintos contextos sociais.

De todo modo, para o cumprimento desse propósito de ampliação do objeto foi necessário uma segunda inovação, de método, concernindo a forma de operacionalização da intervenção. A inovação fora relativo ao arranjo ou desenho institucional como suporte da metodologia de prestação dos serviços, baseada numa articulação com as Organizações Sociais. Os principais efeitos desse novo arranjo, para além do propósito de ampliação do escopo de atendimento, foram a organização de um espaço físico para a economia solidária da região, o avanço da articulação institucional, sobretudo entre instituições públicas e privadas e o incremento significativo da disseminação tecnológica.

De fato, o desenho e arquitetura da PPES desenvolvida pelo Cesol apresenta alguns sinais de inovação institucional fruto da execução da política com as Organizações Sociais. Trata-se de uma forma de co-produção de ação pública em que o estado seleciona uma entidade da sociedade civil para prestação de serviço público (VAILLANCOURT, 2015). A co-produção de serviços públicos se refere a uma possível democratização da organização e da produção dos serviços, que se distingue da co-construção pois, enquanto na co-produção a política pode ter sido previamente construída pelo Estado sozinho, a co-construção envolve a participação da sociedade civil de uma forma mais ampla nas diferentes etapas do processo (VAILLANCOURT, 2015). Muito embora o fato dos termos do serviço para todos os Cesols terem sido definidos previamente pelo edital público construído pela Sesol/Setre, a criação de Centros Públicos de Economia Solidária reflete em alguma medida uma demanda da sociedade civil apresentada originalmente pelo FBaES. Essa demanda da sociedade civil até aproxima o caso baiano da ideia de co-construção, mas não é suficiente. A execução do serviço parece mais afeita a ideia de co-produção pois os termos do serviço, mesmo se inspirando em práticas anteriores de incubação e assistência técnica, foram definidos pelo edital público construído pela Sesol/Setre.

Três avanços devem ser aqui sublinhados como consequência desse novo arranjo institucional. O primeiro destaque refere-se ao potencial do Cesol em atuar como uma “incubadora ampliada”, estabelecendo um espaço físico onde os EES do território poderiam ter acesso à diversos serviços, realizar reuniões ou eventos e comercializar produtos. A possibilidade de organizar um local de referência para a economia solidária trouxe um grande potencial de contribuição para a maior disseminação das ações de incubação para os EES em todo o território. O segundo avanço foi o potencial de aperfeiçoamento tecnológico contido nessa experiência de incubação, sua maior disseminação e efeitos na ponta. De fato, a tecnologia social é fundamental para que os EES possam aprimorar o seu processo produtivo e expandir a sua produção de bens e serviços, no sentido de contribuir para o adensamento e entrelaçamento das suas cadeias produtivas (DAGNINO, 2012). As tecnologias necessárias neste contexto envolvem não apenas elementos ligados ao processo de produção, mas também de gestão e comercialização dos EES e Redes (SILVA e FARIA, 2009). Se o trabalho de incubação tem uma potencial contribuir para avanços neste sentido, a experiência dos Cesols trouxe ganhos no aprimoramento de processos produtivos dos EES através da ênfase na melhoria da qualidade dos produtos e na sua gestão por meio do uso de instrumentos como o EVE e o Plano de Ação, além da metodologia de articulação de redes.

Finalmente, o terceiro avanço concerne às articulações institucionais. Isso parece salutar pois as políticas de economia solidária estão vocacionadas não apenas a simples promoção de iniciativas

socioeconômicas, como também de focar suas articulações junto aos circuitos socioprodutivos locais e sua ação integrada com outras iniciativas visando não apenas o fortalecimento econômico, mas também das dimensões social, política, cultural e ambiental em seu contexto territorial (FRANÇA FILHO, 2006b). Isto indica a natureza complexa da intervenção em economia solidária devido ao seu caráter intersetorial que demanda, portanto, ações transversais articulando instrumentos das várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) (PRAXEDES, 2009). A PPES/BA implementada pelos Cesols propiciou o estabelecimento de parcerias e articulações diversas que trouxeram alguns benefícios para os EES. Tais articulações contribuíram, por exemplo, para acesso dos EES a outras políticas e recursos públicos (através de editais e de ampliação do acesso a compras institucionais), permitiu também ampliar o escopo de interlocução tanto com instituições para doação de equipamentos e cessão de espaço para comercialização (como no exemplo da parceria com shopping centers na cidade), quanto entre os próprios EES (através de novos intercâmbios entre os grupos, iniciativas e suas redes). Esse é um avanço significativo considerando seu efeito para dentro das próprias estruturas de governo, no sentido de provocar iniciativas de articulação inabitual entre secretarias e setores da máquina pública cujo grau de compartimentação tem prejudicado o potencial e capacidade da gestão pública governamental.

A dupla inovação na política pública, relativo ao objeto e ao método da incubação, bem como seus efeitos conjugados expressos pelos avanços revelados, não aconteceram sem obstáculos, dificuldades ou desafios que se impuseram no seu exercício. As relações entre Estado e sociedade civil não ocorrem sem tensões e fricções conformadores de diferentes paradoxos constitutivos das relações entre cooperação e conflito que são inerente à condição e possibilidade do exercício democrático (FRANÇA FILHO, 2006b). Para Vaillancourt (2015), o processo de co-construção não existe sem conflito e o diálogo no seio mesmo da sociedade civil ou da sociedade política, ou entre a sociedade política e a sociedade civil, não acontece sem tensão. A relação do Estado com a sociedade civil ao longo do serviço prestado pelos Cesols não esteve imune a esta dinâmica.

Dois dilemas clássicos se revelam nesta experiência, indicando o alcance dos seus desafios: relativo ao escopo da política (objeto) e a sua implementação (método). Ambos encontram-se absolutamente conjugados e são indissociáveis em termos analíticos. O primeiro dilema diz respeito ao risco inversamente proporcional entre, de um lado, a vontade e efetiva ampliação em escala da oferta dos serviços (propostos pela política) e, do outro, a potencial perda ou deficit verificado na qualidade desse mesmo serviço prestado. Já o segundo dilema diz respeito ao grau avançado de inovação na concepção e desenho da política, de um lado, e as dificuldades encontradas na sua operacionalização, do outro.

De fato, conforme abordamos acima, a política dos Cesol inovou pois a) favoreceu uma ampliação do escopo de abrangência da ação de incubação tanto em termos do número de atendidos quanto da escala territorial. Isso foi possível graças a b) uma inovação na concepção (conceito de co-produção de serviço) e desenho institucional da política (parceria estado-sociedade civil via contrato de gestão). Isso teve como efeito c) uma maior disseminação tecnológica (aproveitando-se da herança do conhecimentos oriundos das incubadoras universitárias e organizações da sociedade civil) e d) uma ampliação da articulação institucional, especialmente no sentido de favorecer parcerias. Já os limites estão relacionados à certos obstáculos na execução ou operacionalização da política e que tiveram incidência direta na qualidade do serviço prestado na ponta, ou seja, junto aos grupos e EES apoiados. Foram três os principais limites: a) descontinuidade do repasse finan-

ceiro pelo Estado; b) o insuficiente investimento em capacitação das OSs para execução adequada da política na ponta; c) empecilhos contratuais para uma execução mais adequada às necessidades na ponta, relativas a demandas específicas dos EES - a exemplo do investimento em máquinas, equipamentos e reformas na estrutura física.

De fato, os atrasos de pagamento ou repasse do estado para as OSs afetavam diretamente a atividade de acompanhamento aos EES, que necessitam de regularidade para alcançar resultados. Houve, também, da parte de algumas OSs, muitas dificuldades na gestão dos contratos decorrentes do seu grau mais precário de apropriação do instrumento de execução, na sua relação com o tema mais amplo da economia solidária e em atender as especificidades dos diversos EES em seus respectivos contextos territoriais. Esse tipo de problema parece característico de um esforço em escala de generalização ou universalização da ação pública que pode comprometer o tratamento mais qualificado de demandas específicas. Isso exige do lado dos EES e das OS um esforço de readaptação que em alguns casos torna-se prejudicial ao seu propósito. Para Bernet *et al.* (2016), a ação coletiva está sujeita a pressões externas muitas vezes guiadas pela exigência de curto prazo e de racionalização dos custos, fazendo com que as organizações ajustem o projeto inicial, o que, no caso dos Cesols, trouxeram diferentes ajustes na prestação do serviço.

Se a experiência da política pública de economia solidária que tentamos compreender diz respeito a um caso específico em termos de contexto nacional, é preciso não perder de vista a dimensão dos múltiplos casos que o habita. Afinal de contas, como entender 16 casos em um? É também por isso que estamos diante de um caso inovador. O que torna ainda mais complexa nossa pretensão analítica. Reconhecemos que ela foi necessariamente limitada segundo um recorte bastante preciso. Nossa intenção foi de trazer um primeiro olhar mais amplo e geral sobre a política pública (PP). Reconhecemos a necessidade de aprofundamento desse olhar com vistas ao necessário mergulho nestes múltiplos casos. Cada um deles expressa uma realidade e contexto muito específicos, segundo três aspectos principais. O primeiro diz respeito às próprias características gerais do território em seus aspectos econômico, socioculturais, políticos e ambientais, o segundo concerne o perfil e caráter da OS atuante no seu território e o terceiro é relativo às características dos EES em cada contexto, razão de ser e objeto da política. É a exigência de uma análise integrada desses vários fatores que permitem uma melhor compreensão sobre a dinâmica e resultados da PP em cada território. A especificidade de cada caso teve efeito decisivo nos diferentes resultados verificados entre os diversos Cesols, conforme revelou o trabalho de Reis (2019). Este nos parece um esforço de pesquisa complementar e importante na continuidade da contribuição, apenas parcial, do presente artigo.

Entre avanços e limites, inovações e desafios, a experiência baiana nos deixa lições e ensinamentos valiosos. Como sugestão gostaríamos de apontar a necessidade da política pública de economia solidária re-estreitar a relação com as próprias universidades para fortalecer um grande programa de apoio neste campo. Este programa em parceria com as universidades estaria centrado em forte investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, de um lado, e formação e capacitação de pessoal (quadros), do outro. Ou seja, o caminho proposto é de recuperar o próprio elo gerador da relação seminal que constituiu a prática de incubação em economia solidária através da sua tripla interface, conforme abordamos neste texto. Se as incubadoras públicas ganharam contornos próprios e foram se autonomizando (em relação às universidades) não teria chegado o tempo de reconhecer o necessário retorno à essa interdependência (conforme nos ensina o caso da Cesol)? Re-estreitar a relação com a universidade no intuito de reconstruir parcerias pressupõe uma dupla perspectiva: reorientar a agenda de pesquisa na universidade e renovar a proposição de políticas públicas. Esse nos parece um caminho fecundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDOR, F.; LARICCHIA, C. O conceito Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. (Orgs.) **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: Concepção, metodologia e avaliação - Volume I**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. v. 1. p. 25-53.

ADDOR, F.; OLIVEIRA, T.; MAIA, L.; SOUZA, I.; PERISSÉ, C.; PEREZ, R. As Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária na atualidade. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. (Orgs.) **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: Concepção, metodologia e avaliação - Volume I**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. v. 1. p. 25-53.

ANTUNES, J.; LOCKS, A.; SAVIAN, M. (Orgs). **Educação, economia solidária e desenvolvimento territorial**. No prelo. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. v. 1. 197p.

BAHIA. **Decreto nº 13.167 de 11 de agosto de 2011. Institui o Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor. Diário oficial do Estado da Bahia. Salvador, 2011. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1028767/decreto-13167-11>. Acesso em: 5 de mai. 2020.**

_____. Lei nº 13.460 de 10 de dezembro de 2015. Institui o Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva - Vida Melhor e dá outras providências. **Diário oficial do Estado da Bahia**. Salvador, 2015. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13460-de-10-de-dezembro-de-2015>. Acesso em: 02 abr. 2018.

BERNET, J.; EYNAUD, P.; MAUREL, O.; VERCHER-CHAPTAL, C. **La gestion des associations**. Paris : Érés. 2016.

BOCAYUVA, P; VARANDA, A (orgs). **Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Fase, 2009.

CAPELLA, C. Perspectivas teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BID)**. São Paulo, n. 61, 2006.

CAPUTO, M.; TEIXEIRA, C. **Universidade e sociedade: concepções e projetos de extensão universitária**. Salvador: EDUFBA, 2015.

CAZZUNI, H.; SILVA, F; RECULES, P. Tecnologia social e incubadoras públicas: a experiência do Programa Osasco Solidária. In: BOCAYUVA, Pedro; VARANDA, Ana Paula (orgs). **Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Fase, 2009.

CRUZ, A. Políticas Públicas para a Economia Solidária: fronteira entre política social e política para o desenvolvimento local. **Sociedade em Debate**. Pelotas, 138 12(1): 117-138, jun./2006. Disponível em <http://base.socioeco.org/docs/440-1637-1-pb.pdf>. Acesso: 10/10/2019

CULTI, N. **Incubadora tecnológica de empreendimentos econômicos solidários**: aspectos conceituais e a práxis do processo de incubação. Org. Maria Nezilda Culti. Maringá: MDS/PRONINC, UEM/Núcleo/Incubadora Unitrabalho, 2011.

CUNHA, G. **Outras Políticas Para Outras Economias**: Contextos E Redes Na Construção De Ações Do Governo Federal Voltadas A Economia Solidaria (2003-2010). 2012. 472 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DAGNINO, R. **Em direção a uma estratégia para a redução da pobreza: a economia solidária e a adequação sociotécnica**. In: **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014a.

_____. Por que Capacitação em C&T para o Desenvolvimento Social?. In: **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014b.

_____. A anomalia da política de ciência e tecnologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, 2014c.

_____. **Tecnologia social: base conceitual**. Revista Ciência & Tecnologia Social. volume 1 - número 1 – julho de 2011. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/cts/article/download/3840/4328>. Acesso em 20 abr. 2013.

_____. Parâmetros para a construção de indicadores. In: KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia (orgs.). **Economia popular solidária**: indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, C.; NOVAES, T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: DAGNINO, R. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. cap. 3. p. 15-64.

DELLA VECHIA, R., TILLMANN, R., NUNES, T., CRUZ, A. A Rede de ITCPs: passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Revista Diálogo**, Canoas, n. 18, p. 115-144, jan./jun. 2011.

DUBEUX, A. Do acompanhamento de projetos ao desenvolvimento territorial: uma análise da metodologia das incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil. **Revista de Economia Solidária**, v. 10, 2016.

DUBEUX, A.; BRITO, D. (Org.). **Educação em Economia Solidária e autogestão**. 1a. ed. Recife: MXM Gráfica e editora, 2018.

FARID, E; VAZZOLER, M. Cooperativismo em Assentamentos de Reforma Agrária: a Sobrevivência de Cooperativas do MST na Economia Capitalista. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2., 2004, Belo Horizonte. *Anais...*, 2004.

FORTE, J. De rede à política pública: ações reticulares no processo sociopolítico de regulação da economia solidária no Brasil. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, v.1 n. 2, • janeiro a junho de 2017. Disponível em: http://www.unitrabalho.org.br/wp-content/uploads/2017/04/revista_23_04_17.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020

FRAGA, L. **Extensão e transferência de conhecimento**: as incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares. 2012. 242 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

FRANÇA FILHO, G.; A economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J.P. (org). **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J.P. (org). **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____. A via sustentável solidária no desenvolvimento local. **Revista Organizações & Sociedade (O&S-EAUFBA)**, v.15, n.45, 2008.

_____. O imperativo de desenvolvimento territorial na economia solidária e o papel da incubadora tecnológica. In: SOUZA, A. R. e ZANIN, M. (Orgs.) **A economia solidária e os desafios globais do trabalho**, 1ed., São Paulo: Edufscar, 2017, v.1.

_____. Inovação social e incubação tecnológica em economia solidária: na fronteira de um outro paradigma em CT&I? In: ADDOR, F. e LARICCHIA, C. (Orgs.). **Incubadoras tecnológicas de Economia Solidária**. 1ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 2018, v.1.

FRANÇA FILHO, G.; BEBIANNO COSTA, R.; BEZERRA, A. **Incubação Tecnológica em Economia Solidária e Inovação**: na busca de um outro paradigma para a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) – O Caso do Projeto Finep-MTur. Relatório Meta 7: convênio ITES-UFBA/INEP – Projeto Ecosoltur, 2016.

FRANÇA FILHO, G.; CUNHA, E. Incubação de redes de economia solidária. In: CATTANI, A.; Hespanha, P.; Laville, J.L.; Gaiger, L. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009a.

_____. Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA, **Revista Organizações & Sociedade (O&S-EAUFBA)**, v.16, n.51, Out./Dez.2009b.

FRANÇA FILHO, G., EYNAUD, P. **Solidariedade e organizações – pensar uma outra gestão**, Salvador: EDUFBA, 2020.

FRANÇA FILHO, G., LAVILLE, J. MAGNEN, P.; MEDEIROS, A.(org.). **Ação Pública e economia solidária – uma perspectiva internacional**. Salvador-Porto Alegre, EDUFRGS/EDUFBA, 2006.

FRANÇA FILHO, G.; RIGO, A.; NASCIMENTO, I.; NASCIMENTO, D.; FARIAS, M. Ressignificando o papel da extensão universitária através da incubação tecnológica em economia solidária: o caso da ITES/EAUFBA. In: CAPUTO, M.C.; TEIXEIRA, C.F. (Orgs.), **Extensão universitária e cidadania: ações curriculares em comunidade e sociedade**. Salvador, EDUFBA, 2015.

FRANÇA FILHO, G.; SILVA JUNIOR, T. Fato associativo e economia solidária: a experiência do banco palmas no Ceará. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local. *Anais...* Salvador, 2003

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIANNELLA, V.; MOURA, S. **Gestão em rede e metodologias não convencionais para a gestão social**. Salvador: Editora CIAGS, 2009. v. 2.

GUIMARÃES, G. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A.R. (orgs.) **A economia solidária no brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

GUIMARÃES, G.; PEREIRA, E. Informalidade, exclusão e desenvolvimento. In: LEAL, C.; LINHARES, L.; LEMOS, C.; SILVA, M. da; LASTRES, H. (org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Sudeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2015.

KRAYCHETE, G.; CARVALHO, P. (orgs.). **Viabilidade econômica e sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária**: caderno de textos e de exercícios. Salvador: Setre, 2015.

KRAYCHETE, G. Estudo de viabilidade dos empreendimentos associativos: uma metodologia apropriada. Economia Solidária. Economia Solidária. In: **Bahia**. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia sustentável. Salvador: SETRE, 2011b.

LEAL, L. Princípios e fundamentos para uma tipologia de incubação tecnológica em economia solidária. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. (Orgs.) **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: concepção, metodologia e avaliação - Volume I**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. v. 1. p. 71-97.

LEVÈSQUE, B., **Innovation sociale et innovation technologique**: l'apport de la recherche en science sociale et humaine, Rapport au Conseil de la Science et de la Technologie du Québec, Bibliothèque Nationale du Québec, Bibliothèque Nationale du Canadá, 2000. Disponível em: www.cst.gouv.qc.ca. Acesso: 15/04/2018

LEVÈSQUE, B. (avec la collaboration de François Crevier), Les impacts des parcs scientifiques à travers la contribution des innovations sociales et des sciences sociales et humaines, In: XIX Congrès mondial de l'Association internationale des parcs scientifiques (IASP), *Anais...* Québec, 2002.

LEVÈSQUE, B., Le potentiel d'innovation et de transformation de l'économie sociale : quelques éléments de problématique, **Cahiers** du Centre de Recherche sur les Innovations Sociales (CRISES), Collection Études Théoriques, Bibliothèque et Archives nationales du Québec, Bibliothèque nationale du Canada, 2006.

LÉVESQUE, B., MENDELL, M.; L'économie sociale au Québec: éléments théoriques et empiriques pour le débat sur la recherche. **Lien social et Politiques**, n. 41, 1999.

MAZZEU, Francisco J. C. Políticas públicas de apoio à economia solidária no Brasil: contribuições para um debate. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, v.1 n. 1, julho/dezembro, 2016. Disponível em: http://www.unitrabalho.org.br/wp-content/uploads/2017/04/revista_23_04_17.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Termo de referência – centros públicos de economia solidária**. Brasília, SENAES/MTE, 2009. Disponível em: https://cirandas.net/articles/0011/7544/TERMO_DE_REFERÊNCIA_CENTRO_PUBLICO.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

NEDER, R. Produção social da tecnologia, desigualdade e a nova sociologia da tecnologia. **Ciência & tecnologia social**, v. 3, 2018.

NEDER, R. MARQUES, L. Interacionismo sociotécnico e antimetodologia nas ITCs como agências. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. (Orgs.) **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: concepção, metodologia e avaliação - Volume I**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. v. 1.

OLIVEIRA, T.; ADDOR, F.; MAIA, L. As Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária como espaço de desenvolvimento de tecnologias e inovações sociais. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. (Orgs.) **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: concepção, metodologia e avaliação - Volume I**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. v. 1..

PRAXEDES, S. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**, Brasília, n. 39, maio, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2014.

REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Políticas Públicas de Economia Solidária: seus Instrumentos de Viabilidade e Fortalecimento. **Coletânea Economia Solidária**. (A Coletânea Economia Solidária é uma publicação da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária em parceria com a Fundação Unitrabalho). Disponível em: <http://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/rede-gestores-cartilha-02.pdf>. Acesso: abr. 2020.

REIS, T. **Política Pública e Sustentabilidade no Campo da Economia Solidária: Uma Análise à Luz da Experiência Baiana dos Centros Públicos de Economia Solidária (Cesols)**. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2019.

SANTOS, A.; CRUZ, A. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinaridade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. **E-cadernos ces**, n. 02, 2008.

SCHIOCHET, W. Prefácio. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. (Orgs.) **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: concepção, metodologia e avaliação** - Volume I. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. v. 1.

SILVA, R.; FARIA, M. Tecnologias sociais e economia solidária: diretrizes, desafios e perspectivas para políticas pública. In: BOCAYUVA, P.; VARANDA, A. P. (orgs). **Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Fase, 2009.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VAILLANCOURT, Y. La construction des politiques publiques. In: LAVILLE, Jean-Louis; SALMON, Ane. **Associations et action public**. Paris: Éditions Desclée de Brouer. 2015.